

### **Ata de Audiência Pública para apresentação do Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2020.**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, às dezenove horas e dez minutos, reuniram-se em Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Jacuí, sob a presidência da vereadora Priscila Tramontini Spacil, Presidente do Legislativo, a vereadora Cleres Maria Cavalheiro Revelante, o Secretário Municipal da Fazenda Sr. Nelmo Idone Sebben, o Secretário Municipal de Mineração, Indústria, Comércio, Turismo e Desporto Sr. Felipe Luiz da Rosa, Andrieli Coimbra representando a Secretaria do Trabalho e Ação Social, a Contadora da Prefeitura Municipal Débora Vanessa da Silva Maas, a Assessora Contábil Marijara Petter Guimarães e Silva, bem como servidores da Câmara Municipal, para a apresentação do Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Exercício de 2020. A presidente declarou aberta a Audiência Pública e solicitou à Contadora Débora que apresentasse o Relatório, a qual destacou que a audiência pública ocorre em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre. Débora destacou que os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do exercício de 2020, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa. Débora falou da Receita, onde, segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2020 no montante de R\$ 41.176.384,00. A receita efetivada no período de Janeiro a Dezembro de 2020 foi de R\$ 52.106.722,07, tendo sido arrecadado, portanto, 126,55% da meta anual. Débora apresentou o quadro demonstrativo da Receita Prevista e Realizada. O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (Janeiro a Dezembro), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 44.890.056,65. Os valores realizados corresponderam a R\$ 52.673.635,94, superando 17,34% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são: Transferências Correntes e Receita Tributária. A Receita Tributária atingiu até o final do exercício em análise o montante de R\$ 5.261.972,78, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 4.194.400,00, representa uma realização de 125,45%

do valor estimado para o ano. Débora apresentou o quadro das Receitas Correntes Tributárias Previstas e Realizadas, destacando que o ITR arrecadou 211,54% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 300.000,00, tendo sido arrecadados R\$ 634.607,97. O IPTU arrecadou 159,53% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 1.122.000,00, tendo sido arrecadados R\$ 1.789.934,89. Em relação ao IRRF, a arrecadação no período foi de R\$ 1.228.071,75, o que representa 119,46% do orçado para o exercício. Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual foram projetados R\$ 260.000,00, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 274.089,01, 105,42% do valor estabelecido para 2020. Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 1.004.190,43, o que representa 89,01% do orçado para o exercício. Por fim, quanto às Receitas Correntes Tributárias, as taxas apresentaram o ingresso de R\$ 331.062,89 contra uma projeção de R\$ 356.200,00. Arrecadou-se, portanto, 92,94% da meta anual. No quadro Receita Corrente Contribuições, verifica-se que as Receitas de Contribuições acumularam no ano, de Janeiro a Dezembro, o valor de R\$ 386.458,06, correspondendo a 104,45% da previsão anual. Débora destacou que no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 11.125.197,79 no período, correspondendo a 97,88% da projeção anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação negativa referente às transferências aos Estados e Municípios. Débora apresentou o quadro Receitas Correntes Transferências da União – SUS, destacando que nas transferências do SUS, se destacam as transferências para a Atenção Básica, que realizou R\$ 1.782.394,63 no período, correspondendo a 166,87% da projeção anual. As transferências específicas para enfrentamento da pandemia da Covid-19, representadas por diversas Portarias, somaram R\$ 1.024.843,12. O total recebido no item Outras Transferências Correntes da União representa R\$ 2.744.863,17. Neste item encontram-se as receitas provenientes da MP 938/2020 Covid-19, que é o apoio Financeiro do FPM, ou seja, a complementação de valores, que totalizou no ano R\$ 821.715,99. Também constam as receitas do auxílio financeiro da Lei Federal 173/2020, quando o Município recebeu um total de R\$ 1.621.073,17, sendo R\$ 1.440.991,55 no recurso Livre, R\$ 90.040,81 para a Saúde e R\$ 90.040,81 para a Assistência Social. Constituem também este item as receitas do Apoio Emergencial Cultural- Lei Aldir Blanc, no valor de R\$ 102.524,46, a Transferência da Lei Federal 176/2020 (Lei Kandir) no valor de R\$ 159.799,55 e um recurso

recebido pela Defesa Civil através da Portaria 1766 de 22/06/2020 (Emergência estiagem) no valor de R\$ 39.750,00.No quadro Receitas Correntes Transferências do Estado, Débora enfatizou que nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 15.652.652,65 Correspondendo a 116,92% da expectativa anual, que é de R\$ 13.387.026,00.No item Receitas Correntes Transferências do Estado Fundo Estadual de Saúde, destacam-se as receitas com o programa PSF Estado e Incentivo a Atenção Básica Estadual.O Município também recebeu recursos do Estado para o enfrentamento à pandemia da Covid-19 através de diversas Portarias, onde merece destaque a portaria GM/MS 1003/2020 e SES/RS 410/2020 no valor de R\$ 170.000,00 e a Portaria GM/MS 2.012/2020 e TA CTR 131/2019 no valor de R\$ 576.000,00, ambos recursos foram destinados ao Hospital. Débora apresentou o quadro Receitas de Capital. Quanto às Receitas de Capital a Operação de Crédito no valor de R\$ 4.178.491,94 corresponde ao CONTRATO FINISA Nº 0532590 DVº: 07 para a realização do asfalto na Avenida Pio XII.Nas Transferências de capital, que totalizaram R\$ 892.978,00, constam as receitas de Transferências de Recursos do SUS destinados a atenção básica Bloco Investimento, no valor de R\$ 244.800,00, transferência para construção do CRAS total de R\$ 319.428,00, Contrato de repasse para pavimentação de trecho da Avenida Pio XII no valor de R\$ 243.750,00 e doação do Poder Judiciário para enfrentamento a Pandemia no valor de R\$ 85.000,00.No quadro Despesas, Débora destaca que as Despesas Liquidadas, juntamente com as transferências patronais para o RPPS, no acumulado de Janeiro a Dezembro de 2020 totalizaram R\$ 47.036.322,34, valor equivalente a 90,18% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 39.416.529,09, correspondendo a 94,89% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 7.619.793,25, inferiores ao valor projetado para o período, de 10.614.597,27.No quadro Resultado Orçamentário, considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o RPPS, no período de Janeiro a Dezembro de 2020, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 5.070.399,73, demonstrando um superávit de R\$ 5.070.399,73. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas fiscais para o exercício. Em relação ao índice de gastos com saúde, educação e despesas de pessoal, No PAD enviado ao Tribunal de Contas do Estado em Dezembro de 2020, foram apresentados os seguintes índices:Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)= 25,67%; Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)=

29,48%; Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses (% s/ RCL)= 46,03%. Por fim, a Contadora da Prefeitura Municipal destacou que os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira foram atendidos, evidenciando, assim, a desnecessidade de ajustes na execução orçamentária para fins de atingimento das metas fiscais de resultado primário e resultado nominal estabelecidos, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Após a leitura do relatório, a presidente abriu espaço aos presentes para manifestações. Nada mais havendo a se tratar, às dezenove horas e quarenta minutos, a presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada pelos presentes: